



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

23 DE JUNHO DE 1976.

NA CAMARA DOS DEPUTADOS, DISCURSO NA SESSAO DE ABERTURA DO SIMPOSIO O *HOMEM E O CAMPO*, PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS, DA ARENA.

Ao comparecer, em novembro do ano passado, ao lançamento de meritória iniciativa da Fundação Milton Campos, dedicada ao exame dos problemas urbanos, tive ocasião de manifestar-me a respeito da íntima associação entre a problemática das grandes cidades e a do meio rural.

Na verdade, se, no mundo presente, as cidades cada vez mais concentram a população e polarizam as atividades humanas, é indubitável que a viabilidade desse processo de urbanização acelerada vem condicionada, em grande parte, pelo desenvolvimento econômico e social do meio rural.

A decisão da Fundação Milton Campos de patrocinar este Simpósio, através do qual a ARENA se dedica ao debate do grande tema — o Homem e o Campo no Brasil — é, portanto, oportuna e, certamente, representará valiosa contribuição à melhor compreensão do problema agrário brasileiro, mormente porque as conclusões a que aqui chegarem o político, o técnico, o administrador poderão oferecer, a exemplo do que se obteve no simpósio sobre o Homem e a Cidade, subsídios valiosos ao esforço que o Governo empreende atualmente no meio rural.

Esforço voltado, sobretudo, para a elevação dos níveis de vida e de bem-estar do homem do campo e para o novo papel que se espera da agropecuária.

No pronunciamento que fiz durante a primeira reunião do Ministério, em março de 1974, busquei ressaltar o firme propósito de, sem prejuízo da manutenção de apreciáveis níveis de crescimento econômico, dedicar atenção prioritária do Governo à melhoria dos padrões de vida do homem brasileiro, de forma que o crescimento da renda *per capita* ocorra concomitantemente com efetivas conquistas sociais das classes de renda menos favorecidas e signifique mais justa distribuição dos frutos do progresso.

A valorização do homem do campo já vinha sendo meta importante dos Governos da Revolução. E a esta meta se dedicam ponderáveis parcelas do esforço de promoção do desenvolvimento, empreendido pelo atual Governo.

Consciente de que ação alguma, destinada a melhorar as condições de vida no meio rural, obterá resposta à altura das necessidades se não atentar, simultaneamente, para a base econômica sobre a qual repousam efetivamente as possibilidades de desenvolvimento integrado, o Governo vem dando atenção prioritária às atividades produtivas, inclusive pela contribuição que podem dar para a manutenção de elevados níveis de crescimento.

Cabe aqui ressaltar que a agricultura e a pecuária têm correspondido às exigências do desen-

volvimento nacional. Tradicionalmente, desde os primórdios de nossa história, os produtos agrícolas e agroindustriais contribuíram com expressiva parcela dos recursos obtidos com as exportações, primeiro o açúcar, depois o café, o cacau, a soja.

Oportuno é recordar que foi, em grande parte, graças à agricultura que se obtiveram os recursos necessários aos grandes investimentos exigidos pelo processo de industrialização.

E se é verdade que, hoje, o Brasil já não é um país essencialmente agrícola, também é verdade que os produtos agropecuários não deixaram e jamais deixarão de representar parte considerável de nossa riqueza — em razão, inclusive, dos grandes espaços por ocupar produtivamente, de que dispomos — seja para abastecer um mercado interno crescentemente mais exigente em quantidade e qualidade de alimentos e matérias-primas, seja para realizar a vocação de grande supridor das matérias-primas agropecuárias de que carece o mercado internacional.

Ainda recentemente, observou-se que, mesmo nas condições mais adversas, quando problemas climáticos redundaram em verdadeiras catástrofes, afetando algumas das principais regiões do País, a agropecuária se afirmou capaz de absorver os prejuízos das calamidades, com um mínimo de sacrifícios para a economia como um todo e sem deixar de abastecer, como sempre fez, um mercado consumidor de mais de 100 milhões de habitantes.

É bem verdade que contou com forte amparo governamental — e este não lhe poderia faltar

naquela emergência —, representado principalmente pelo crédito subsidiado.

O Governo procura compensar assim, as incertezas do mercado internacional, estimulando a agricultura por meio de juros e incentivos fiscais — isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, do Imposto de Renda — e mediante incentivos financeiros, tais como a fixação de taxas de juros abaixo daquelas vigentes no mercado ou, até mesmo, a isenção total de juros.

Em 1975, o montante de tais benefícios foi superior a 15 bilhões de cruzeiros, correspondendo ao diferencial entre a taxa de juros do mercado e a estabelecida para a agricultura, o valor de 11,4 bilhões; aos subsídios aos insumos modernos 800 milhões; às linhas de crédito do PROTERRA 500 milhões; aos subsídios dos preços de fertilizantes 800 milhões; aos incentivos fiscais para tratores e máquinas agrícolas 500 milhões e à redução do ICM da carne 700 milhões de cruzeiros.

Não é, porém, apenas sob a forma desses incentivos que a agropecuária recebe do Governo atenção especial. Comprovam-na, também, os recursos, cada vez maiores, que se destinam a incrementar as lavouras e a pecuária. As aplicações do crédito rural, por exemplo, aumentaram em 46%, em termos reais, de 1974 para 1975, com a efetivação de contratos no valor total de 90 bilhões de cruzeiros.

De outra parte, através de suas entidades e organismos especializados, o Governo vem procurando introduzir a utilização de técnicas mais avançadas de cultivo, entre outras formas, mediante estímulo à difusão do uso de insumos modernos, com créditos que, a juros altamente subsidiados, passaram de 9,4 bilhões em 1974 para 15,8 bilhões de cruzeiros em 1975, superiores, em termos reais, a 30%, além dos subsídios concedidos aos fertilizantes, nos quais o Governo arca com 40% dos custos.

O uso de máquinas agrícolas também foi amplamente incentivado, tendo o volume de crédito correspondente atingido, no ano passado, a 4,5 bilhões de cruzeiros contra apenas 1,9 bilhão em 1974, ou seja, 88% de aumento, em termos reais. Outros fatores de modernização da agricultura — como eletrificação rural, irrigação e açudagem — tiveram seus créditos ampliados em 57%, em termos reais. Tudo isso visa a elevar a produtividade, de forma a tornar mais rentáveis as atividades agropecuárias, e dar aos produtos nacionais melhores condições de competir no mercado internacional de alimentos e matérias-primas agrícolas.

No que diz respeito à elevação dos níveis de renda no campo, a implantação de novas estruturas de abastecimento e as políticas de preços mínimos e de estoques reguladores já começam a repercutir sobre a renda retida no campo, decorrente do esforço produtivo do trabalhador rural, mormente no caso das lavouras.

Em dezembro de 1975, os índices de paridade, no Estado de São Paulo situaram-se na casa dos 110% contra 90% em dezembro de 1974 e, no Brasil como um todo, o aumento de preços dos produtos agropecuários situou-se no mesmo nível do aumento geral de preços (da ordem de 30%), mas os preços dos insumos agrícolas, de um modo geral, cresceram menos de 30%, durante o ano, indicando uma relação de trocas favorável à agropecuária.

Por outro lado, o Governo impulsiona, através de seus órgãos setoriais especializados e das agências de desenvolvimento regional, a expansão da fronteira agrícola, fazendo ocupar áreas da vastidão amazônica e da região dos cerrados, de forma radical e ordenada, sem descuidar da preservação do meio ambiente.

Através de uma ação onde as indispensáveis cautelas não se devem confundir com omissão, vem o Governo introduzindo modificações na estrutura fundiária, consciente de que ainda resta muito por fazer, mas também certo de que muito já foi feito em favor dos pequenos lavradores e agricultores sem terra, principalmente no Nordeste, onde os problemas da distribuição das terras exigem modificações profundas, que resultem, não apenas no incremento da produção e da produtividade, mas em sensíveis melhorias nos padrões de vida do homem do campo.

Meu Governo dá ênfase especial ao Programa de Organização Agrária, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O maior empenho, nesse programa, é no sentido de obter o equilíbrio homem/terra, entendido este como a distribuição no espaço físico de uma população que cresce a cada dia.

O processo histórico de ocupação do território brasileiro apresenta desequilíbrios, que se manifestam em contradições espaciais: ao lado de significativas concentrações de populações — quer urbanas, quer rurais — há grandes espaços vazios que urge ocupar.

A política de colonização e reorganização agrária visa a corrigir esta situação, atribuindo à agropecuária relevante função na ocupação efetiva de emplas áreas do território nacional, antes desaproveitadas.

Ao lado do avanço gradual na ocupação do espaço territorial brasileiro, atenuaram-se as pressões sobre a terra em diversas áreas, evoluindo-se por essa via, no processo de lograr maior equilíbrio entre o homem e o espaço rural. No período 1972/74 foram discriminados, no País, 11 milhões de hectares; em 1975 discriminaram-se 9,3 milhões.

Nos anos de 1972 a 74 foram expedidos 56 mil títulos, em 1975 24 mil e espera-se, em 1976, intensificar o processo, com a entrega de 54 mil certificados de propriedade.

Ao mesmo tempo, e com persistente atuação, estão sendo implementados projetos integrados de cooperativismo, em todo o País. Em 1973, foram

assistidos tecnicamente 613 mil cooperados, evoluindo para 1,6 milhão em 1975.

Além do trabalho doutrinário que visa a educar o homem do campo para participar de ações comuns, desenvolve-se ampla atividade no sentido de orientar tecnicamente as cooperativas, de aperfeiçoar-lhes os padrões gerenciais, de manter o espírito e a atitude de cooperação entre os homens do campo.

Nas atividades do Ministério da Agricultura, destacam-se ainda os trabalhos da pesquisa agrícola e de extensão rural, atividades que absorvem 20% do seu orçamento.

Vale citar, a esse respeito, que experiência de outros países tem demonstrado que aumentos de 10% nos investimentos em pesquisa agrícola e extensão rural têm resultado em elevação de 2,5% na produção agrícola.

A pesquisa em sementes melhoradas, especificamente, tem proporcionado, nos países desenvolvidos, taxas de retorno da ordem de 20 a 40% e, em nosso País, as pesquisas em sementes de algodão no Estado de São Paulo apresentaram taxas de retorno superiores a 70%.

Conferimos forma jurídica, estruturas e modelos operacionais mais adequados aos órgãos de pesquisa e assistência técnica, através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER.

E, para coordenar os trabalhos de pesquisa e extensão, foi constituída a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Rural — COMPATER.

O esforço em matéria de pesquisa agrícola tem tido como escopo gerar o conhecimento capaz de permitir ao agricultor maior nível de informações que lhe faculta produzir volumes crescentes de alimentos e de matérias-primas.

A tecnologia gerada pela pesquisa possibilitará o emprego de formas mais adequadas de manejo das terras, das florestas e dos recursos hídricos.

Muito há que construir aí. Estamos apenas dando os passos iniciais — talvez os mais árduos os mais difíceis, geradores de maior incompreensão.

O investimento acumulado em pesquisa que, no período 1972/74, foi de 117 milhões de cruzeiros, evoluiu para 419 milhões e pouco mais de 1 bilhão em 1975 e 1976, respectivamente.

Complementarmente ao processo de geração de tecnologia, cuidou-se de aperfeiçoar o mecanismo para sua rápida transferência ao agricultor.

Deu-se real significação ao papel que a assistência técnica deve desempenhar, como elo que põe o conhecimento tecnológico, gerado pela pesquisa, ao alcance dos produtores.

Com este objetivo, o Governo vem apoiando fortemente o programa de assistência técnica e extensão rural, como instrumento que permitirá lograr

maior equilíbrio entre o homem e a natureza, refletindo-se em volumes crescentes de produção, de produtividade e de bem-estar.

Em 1974, o gasto em assistência técnica e extensão rural foi de 101 milhões de cruzeiros, em 1975 atingiu a 549, passando em 1976 para 1 bilhão e meio.

Dentro desse trabalho de assistência técnica, foram aplicados, no crédito rural orientado, cerca de 2 bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros, durante o ano de 1974. Orientaram-se mais de 437 mil produtores, 458 cooperativas e 483 sindicatos rurais.

Desenvolveram-se atividades nas áreas de assistência social, formação de líderes, educação rural, saneamento e economia doméstica, num total de 1,6 milhão de horas de trabalho. Já em 1975, o valor do crédito rural orientado atingiu a 4,8 bilhões de cruzeiros e foram assistidos 403 mil produtores, 456 cooperativas e 620 sindicatos, num total de 3,5 milhões de horas trabalhadas pela assistência técnica.

Outro desafio, que deve ser mencionado, relaciona-se com a exploração adequada de nossos recursos florestais. Constante preocupação tem sido a de se criarem condições que, em termos de recursos humanos e financeiros, permitam dinamizar o processo de reflorestamento de nosso País, e, também, intensificar a fiscalização da exploração das florestas.

Daí o maior rigor adotado nas questões relativas à preservação da natureza, manutenção de florestas

homogêneas, reposição de essências nativas e proteção à fauna.

Estudos de zoneamento econômico florestal têm sido aperfeiçoados, para a determinação de regiões prioritárias para o reflorestamento ou florestamento, de modo a adequar a atividade às condições de ecologia e economicidade da exploração florestal.

Visando à integração matéria-prima/indústria, o Governo está empenhado no Programa de Distritos Florestais — áreas geograficamente dimensionadas em função do desenvolvimento dos empreendimentos florestais e industriais, para alcançar a combinação ótima. Busca-se assegurar, pelo menos, o suprimento contínuo de madeira e de outros produtos florestais aos empreendimentos industriais, quer sejam siderúrgicos, quer de papel ou celulose.

Meu Governo tem também desenvolvido particulares esforços no sentido de levar ao campo a energia elétrica. A expansão do programa de eletrificação rural demandou recursos da ordem de 432 milhões de cruzeiros em 1975 (contra 85,5 em 1974), através de 190 cooperativas, para construção de 14.600 km de linhas com potência de 132 mil kWA, beneficiando cerca de 28 mil propriedades, o que traduz acréscimo de 24 mil propriedades beneficiadas.

Merece registro também o fato de que o setor agropecuário de nossa economia vem evoluindo progressivamente para a mecanização, o que permite ao produtor trabalhar área maior, aumentar a pro-

atividade por homem ocupado e obter maior rentabilidade de seus investimentos.

O índice de mecanização das lavouras evoluiu de 1 trator para 31 propriedades, em 1970, para 1 trator por 17 propriedades em 1975, estimando-se para 1976 um índice de 1 para 14. Por outro lado, a relação área colhida/trator foi de 212 ha em 1970, evoluindo para 142 em 1975 e estimando-se que, em 1976, atingirá 126 ha.

No que respeita à expansão da oferta de emprego, as grandes possibilidades de ampliação da fronteira agrícola deverão garanti-la, por muito tempo, mesmo com a introdução de modernas tecnologias agrícolas, particularmente da mecanização.

Espera-se, no tempo, obter melhor distribuição espacial da população rural, pelo processo migratório natural, rumo a novas áreas de expansão agrícola e através de uma política de desenvolvimento urbano que reforce a infra-estrutura de serviços das cidades de médio e pequeno portes, em condições de atuar como pontos de apoio do desenvolvimento da agropecuária, e de reduzir o fluxo de migrantes para as grandes cidades.

Por outro lado, com a velocidade da transformação tecnológica e a atual estrutura do ensino brasileiro, é necessário dar adequada qualificação ao homem do campo para o trabalho, de modo que possa desempenhar o seu papel na modernização da agricultura.

O Ministério do Trabalho treinou, de 1974 a 1975, 207.662 trabalhadores rurais, nos subsetores de agricultura, pecuária, silvicultura e pesca.

Em 1976, a meta é o treinamento de 181.600 trabalhadores, apenas através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, o que é muito pouco tendo em vista que, de um total aproximado de 15 milhões de pessoas economicamente ativas no setor primário, mais de 90% são trabalhadores não qualificados.

Outras deficiências manifestam-se também na ação desenvolvida no campo do treinamento da mão-de-obra rural, pela dispersão de esforços e indefinição de competências entre órgãos públicos e privados, que atuam na área de forma desarmonica e descoordenada.

Por isso, em 31 de março último, se criou o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), destinado a assegurar a organização, a administração e o planejamento de programas de formação profissional rural condizentes com as necessidades de mão-de-obra qualificada para o setor.

Esse organismo será responsável pela implantação e execução, em todo o País, da política de formação de mão-de-obra rural, traçada pelo Ministério do Trabalho, atuando em prol da melhoria qualitativa da formação profissional até então desenvolvida, assim como do aumento quantitativo necessário à satisfação da demanda do setor.

Na área da Educação propriamente escolar, o Governo promove a educação rural em modalidades e técnicas inovadoras, com implantação de colégios agrícolas, em regime de escola-fazenda, com o desenvolvimento do ensino das ciências agrárias, e, no caso da educação de adultos, com o MOBRAL e o Projeto Minerva.

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS já aprovou empréstimos para o desenvolvimento da educação no meio rural no valor de 563 milhões de cruzeiros.

Na área da assistência social, encontrou-se no Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL, instituído pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, fórmula ideal para extensão da previdência social ao meio rural, traduzida num esquema de custeio indireto, benefícios de valor uniforme e assistência médica prestada, em sentido coletivo, mediante convênio com hospitais públicos ou particulares.

Trata-se, com efeito, de uma fórmula singela, adequada às condições de vida hoje imperantes no campo, e que tenderá a ser paulatinamente substituída no futuro, pelo regime geral de previdência social em vigor na área urbana, à medida que a atividade agrária se for organizando em moldes empresariais.

Mas a previdência social ao homem do campo não se resume no PRORURAL. A Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, assegurou uma renda

mensal vitalícia de valor igual à metade do maior salário-mínimo vigente no País aos maiores de 70 anos ou inválidos que, embora não se enquadrem como segurados do PRORURAL, tenham exercido atividade agrícola, no passado, durante um mínimo de cinco anos.

E, pela Lei nº 6.195, de 19 de dezembro de 1974, os trabalhadores rurais passaram também a ter cobertura contra os riscos de acidentes do trabalho.

Dando continuidade ao propósito de ampliar cada vez mais o âmbito da previdência social rural, o Governo estendeu aos garimpeiros autônomos os benefícios do PRORURAL e instituiu benefícios de previdência e assistência social para os empregadores rurais e seus dependentes.

Até o final de 1975, havia em manutenção no FUNRURAL, 1 milhão e 200 mil aposentadorias por velhice, 77 mil por invalidez, cerca de 163 mil pensões por morte e 115 mil mensais vitalícias a maiores de 70 anos ou inválidos, com dispêndios, que, nos últimos quatro anos, somam 15 bilhões de cruzeiros de 1975.

No setor da Saúde, destacam-se o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN, que contempla, diretamente, a melhoria dos padrões alimentares no campo e, indiretamente, o aumento da renda agrícola, através de incentivo ao pequeno e médio produtor de alimentos; os programas de erradicação das endemias rurais, e o FUNRURAL.

A prestação de serviços médicos aos trabalhadores rurais e seus dependentes, em 1975, processou-se por intermédio de 2.255 convênios médico-hospitalares; de 3.058 convênios médico-ambulatoriais; e de 2.445 convênios odontológicos, com Secretarias de Saúde Estaduais, Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP, Prefeituras Municipais, Sindicatos rurais, patronais e de trabalhadores, e outras entidades.

Foram doados pelo FUNRURAL, até o final de 1975, 2.634 gabinetes odontológicos fixos e 158 portáteis, 2.396 ambulatórios médicos e 100 unidades móveis de assistência, através dos quais estão tendo assistência ambulatorial e odontológica, áreas de população rarefeita ou carentes dos mais elementares recursos médicos.

Em 1975, o FUNRURAL despendeu 4 bilhões e 872 milhões de cruzeiros com o pagamento de benefícios e a prestação de serviços médicos à população rural, tendo aplicado 153 milhões na montagem e ampliação de unidades hospitalares, ambulatoriais e odontológicas.

Em matéria de assistência farmacêutica, a população rural, através das Secretarias de Saúde estaduais e municipais e das organizações que mantêm convênio com o FUNRURAL, recebe regularmente medicamentos fornecidos pela Central de Medicamentos — CEME.

Dos 3.951 Municípios existentes no País, 2.835 — ou seja, 72% — estavam sendo beneficiados,

em 31 de dezembro de 1975, pelo Programa de Assistência Farmacêutica da CEME.

Essas atividades governamentais, voltadas todas para o meio rural, são apoiadas e executadas por um processo já amadurecido de planejamento, no qual se destacam a elaboração e implementação de programas especiais de desenvolvimento integrado, como o POLAMAZÔNIA, o POLONORDESTE, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o POLOCENTRO, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa de Dourados, através dos quais os órgãos setoriais e as superintendências de desenvolvimento regional, com o apoio das instituições de crédito oficiais, lançam-se decididamente à tarefa de promover o rápido desenvolvimento de áreas selecionadas do território nacional.

Ao contrário do que se verificava em épocas pretériticas, quando as ações voltadas para o meio rural se caracterizavam, sobretudo, pela falta de integração e objetividade, busca-se, agora, orientar a atuação para objetivos convergentes. Exemplo disso é a consolidação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, instrumento que se tem mostrado apto a incorporar, aos planos setoriais, as vocações regionais relativas ao desenvolvimento agropecuário integrado, através da elaboração, pelas comissões estaduais de planejamento agrícola, de programas e projetos que orientam e coordenam, em cada unidade da Federação, as atividades governamentais.

Todo esse grande empenho do Governo, com vistas à execução da política agropecuária do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), deverá acarretar profundas transformações no meio rural, seja através do esforço em modernizar e dotar a agropecuária de bases empresariais, principalmente no Centro-Sul; seja pela ocupação de novas áreas, no Centro-Oeste e na Amazônia; seja pela concepção integrada de desenvolvimento rural que caracteriza o POLONORDESTE.

Seu objetivo último e fundamental é o bem-estar do homem rural brasileiro, a ampliação das oportunidades de emprego no campo, a elevação dos níveis de renda do trabalhador, a extensão ao meio rural dos benefícios da previdência social e dos programas de valorização de recursos humanos, através da educação, da saúde, da nutrição e de maior capacitação para o trabalho.

Meus Senhores:

Com esta longa resenha de esforços feitos pelo Governo e de alguns resultados alcançados, quis, como disse, trazer minha contribuição aos estudos que se desenvolverão neste Simpósio, em tão boa hora patrocinado pela ARENA e pela sua Fundação Milton Campos.

Felicito a ambas, calorosamente, pela idéia de promoverem, em seguimento à análise objetiva da realidade urbana do País, o exame atento das questões do campo e do rurícola, em busca de maior

compreensão do complexo panorama rural brasileiro e das soluções que aí se impõem para assegurar melhores condições de vida à grande massa dispersa em nossa hinterlândia.

Que o interesse, espírito de justiça social e ardor patriótico de todos os integrantes deste Simpósio os iluminem e guiem para que a ARENA, com seriedade e espírito prático e sem demagogia, venha oferecer valiosa contribuição a um Governo que, como o meu, se impacienta e comove por ver, na área rural, apesar de tudo o que já se fez, ainda muitos males sem remédio, injustiças sem correção, sofrimentos sem pronto atendimento, numa Pátria tão grande e tão generosa e tão progressista como a nossa.